

Diário do Legislativo de 06/02/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 3ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - MANIFESTAÇÕES

3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/2/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana, José Henrique e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 477/2010 (encaminhando solicitação de tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 4.142/2010) - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.190 a 4.195/2010 - Requerimentos nºs 5.381 a 5.385/2010 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública e de Cultura - Questão de ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Doutor Viana, Sargento Rodrigues, Weliton Prado e Domingos Sávio - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Palavras do Sr. Presidente - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Requerimento do Deputado Dilzon Melo; deferimento; discurso do Deputado Eros Biondini - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Gomes - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - João Leite - Leonardo Moreira - Neider Moreira - Rômulo Veneroso - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 477/2010*

Belo Horizonte, 3 de fevereiro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Nos termos do art. 69 da Constituição do Estado, solicito a essa Egrégia Assembleia Legislativa que o Projeto de Lei nº 4.142, de 2010, que altera a Lei Delegada nº 126, de 25 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, seja apreciado em regime de urgência.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a manifestação do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado."

- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.142/2010.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.190/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Leopoldina o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Leopoldina imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais, de 34,5ha, situado nesse Município na Rua Antônio Fernandes Valentim, s/n, Quinta Residência, e registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Leopoldina sob o nº 802, nas fls. 26 do livro de transcrição das transmissões nº 3-A.

Parágrafo único - O imóvel de que trata este artigo será destinado a abrigar atividades do Grupo de Auxílio e Orientação a Dependentes Químicos e Familiares Levanta de Novo.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, decorrido o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública e doação, não lhe for dada a destinação estabelecida no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de fevereiro de 2010.

Braulio Braz

Justificação: O imóvel de que trata esta lei é de propriedade do Estado de Minas Gerais e, no atual momento, está sendo utilizado para abrigar atividades do Grupo de Auxílio e Orientação a Dependentes Químicos e Familiares Levanta de Novo.

De acordo com o pedido do Prefeito do Município, Sr. Benedito Rubens Renó, a doação se faz necessária para regulamentar as atividades ali desenvolvidas e trazer mais benefícios à população do Município.

Sem dúvidas de que esta é a melhor medida para assegurar uma melhor utilização do terreno, julgo necessária a doação.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.191/2010

Dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lagoa Dourada.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica desafetado o bem público constituído pelo trecho da Rodovia MG-383, compreendido no perímetro urbano do Município de Lagoa Dourada.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Lagoa Dourada a área de que trata o art. 1º.

Parágrafo único - A área a que se refere o "caput" deste artigo integrará o perímetro urbano do Município de Lagoa Dourada e destina-se à instalação de via urbana.

Art. 3º - A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, no prazo de cinco anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe for dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 2º.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de fevereiro de 2010.

João Leite

Justificação: O trecho de rodovia de que trata esta proposição integra a MG-383, estando compreendido nele o perímetro urbano do Município de Lagoa Dourada, e destina-se à instalação de via urbana. Trata-se de bem público de uso comum, de propriedade do Estado, gerenciado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG.

A Câmara Municipal de Lagoa Dourada já tem recepcionada em lei a transferência do trecho pretendido da Rodovia MG-383. Na oportunidade, a comunidade do entorno da rodovia conclamou seu apoio pela municipalização desse trecho da via, alegando que o local se encontra faticamente incorporado ao Município, uma vez que promove a ligação de diversos bairros da cidade e apresenta traçados essencialmente urbanos, não havendo como trafegar pelos bairros sem passar pela rodovia estadual. Defendeu, ainda, que a referida doação permitirá melhorias em sua conservação, beneficiando os moradores que dela dependem, e favorecerá a autonomia da municipalidade.

Destarte, com o escopo de beneficiar os moradores da região, o projeto de lei em apreço dispõe sobre a desafetação do trecho da rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lagoa Dourada, com a finalidade de transformá-lo em via urbana municipal.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.192/2010

Cria o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - Fundpemg -, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado o Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - Fundpemg -, de natureza contábil, vinculado a uma fonte detalhadora de recursos, para registrar o controle e o acompanhamento da execução orçamentária, visando assegurar à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais sua autonomia administrativa e financeira, prevista nos arts. 134, 2º §, da Constituição da República, 129, § 1º, da Constituição do Estado, e na Lei Complementar nº 80, de 1994.

Art. 2º - Constituem receitas do Fundpemg:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - recursos provenientes da transferência de outros fundos;

III - 5% (cinco por cento) oriundo das receitas incidentes sobre recolhimento de emolumentos extrajudiciais e custas judiciais;

IV - recursos provenientes de multas contratuais aplicadas no âmbito da administração da Defensoria Pública e de aluguéis ou permissões de uso de espaços livres para terceiros onde funcionem os seus órgãos;

V - recursos provenientes do produto da alienação de equipamentos, veículos, outros materiais permanentes ou material inservível ou dispensável;

VI - rendimentos dos depósitos bancários ou aplicações financeiras realizadas em conta do Fundo;

VII - as dotações consignadas a Lei Orçamentária Anual do Estado;

VIII - créditos adicionais abertos com esse fim;

IX - recursos provenientes de convênios, contratos e acordos celebrados com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

X - doações, legados e contribuições de pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais destinadas especificamente ao Fundpemg;

XI - verbas sucumbenciais decorrentes da atuação dos membros da carreira;

XII - repasses provenientes de dotações orçamentárias específicas da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;

XIII - outros recursos que lhe forem expressamente atribuídos ou destinados.

Parágrafo único - O saldo positivo do Fundpemg, apurado em balanço no término de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 3º - Os recursos do Fundpemg, criado por esta lei, destinar-se-ão exclusivamente para ações de custeio e investimento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, incorporando-se ao seu patrimônio, e à capacitação profissional de seus membros e servidores.

Parágrafo único - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos de que trata este artigo para remuneração de pessoal.

Art. 4º - A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é a instituição gestora dos recursos do Fundpemg, criado por esta Lei, cabendo sua administração à Comissão de Gestão do Fundpemg, fiscalizado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, órgão ao qual semestralmente prestará contas da aplicação dos recursos do Fundo.

§ 1º - Os pagamentos das quantias devidas ao Estado, a título de honorários sucumbenciais, bem como aqueles referentes a outras eventuais receitas do Fundpemg, criado por esta lei, serão recolhidos diretamente ao Fundo Especial da Defensoria Pública, em conta específica a ser criada para este fim.

§ 2º - As transferências de recursos pela Secretaria de Estado de Fazenda à Defensoria Pública, previstas nesta lei, far-se-ão sem prejuízo das demais dotações orçamentárias próprias da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, cabendo àquele órgão efetuar o repasse dessas quantias diretamente ao órgão gestor dos recursos do Fundpemg até o dia 20 de cada mês subsequente ao seu fato gerador.

Art. 5º - O Fundpemg será administrado pelo Defensor Público-Geral, por meio de uma Comissão de Gestão ao Fundpemg, integrada pelo Defensor Público-Geral, pelo Subdefensor Público-Geral, pelo Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, um Defensor Público indicado pelo Conselho Superior, não integrante deste, e um servidor de carreira indicado pelo Defensor Público-Geral, sob a presidência do primeiro, incumbidos de organizar a contabilidade financeira e o plano de aplicação dos recursos.

§ 1º - O orçamento do Fundpemg e a sua execução dependerão de autorização do Defensor Público-Geral do Estado.

§ 2º - Os recursos do Fundpemg serão depositados em estabelecimento bancário oficial, em conta especial própria, com a denominação de "Fundo Especial de Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais", e somente serão movimentados em conjunto, pelo Defensor Público-Geral de Estado e pelo Subdefensor Público-Geral, nos impedimentos do titular, e Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças da Defensoria Pública do Estado.

§ 3º - O Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública, quando instalada, poderá acompanhar as reuniões da Comissão de Gestão, no que se refere à capacitação profissional dos membros e servidores da Defensoria Pública.

§ 4º - O plano de aplicação dos recursos deverá observar o Plano Geral de Atuação.

Art. 6º - O Fundpemg será dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, sendo o Defensor Público-Geral do Estado seu ordenador de despesas e seu representante legal.

Art. 7º - O Fundpemg prestará contas da arrecadação da aplicação de seus recursos e da gestão financeira, por ocasião do encerramento do correspondente exercício, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Conselho Superior da Defensoria Pública.

Art. 8º - O Fundpemg se sujeita à fiscalização e ao controle do Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo do sistema de auditoria e controle interno da Defensoria Pública, ressalvada a competência do Poder Judiciário.

Art. 9º - Aplica-se à administração financeira do Fundpemg, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no Código de Contabilidade e na legislação pertinente a contratos e licitações, na legislação estadual, bem como, nas normas e instruções baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 10 - Não se aplica ao Fundpemg o disposto na Lei Complementar nº 91, de 19 de janeiro de 2006.

Art. 11 - O Defensor Público-Geral, por meio de resolução, editará atos complementares necessários à organização, à estruturação e ao funcionamento do Fundpemg, no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data da publicação desta lei complementar.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de fevereiro de 2010.

Lafayette de Andrada

Justificação: A Defensoria Pública, também conhecida como Casa da Cidadania, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja missão principal é viabilizar aos necessitados o acesso à ordem jurídica justa. Apesar de outras relevantes funções, seu foco principal é a defesa da pessoa pobre que não tem condições financeiras para contratar advogado e, muitas vezes, nem sequer entende os problemas que a afligem. A atuação da Defensoria Pública tem comprovados impactos no aumento do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - e na concretização de direitos básicos.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o legislador percebeu a importância de prestar assistência jurídica integral, judicial ou não, aos necessitados. Trata-se de direito inalienável e inerente à cidadania, a ser prestada por instituição permanente e organizada em bases sólidas e dotada de meios adequados e compatíveis com a grandeza de sua missão. Quanto maior sua abrangência, aliás, menor o dispêndio com a onerosa advocacia dativa, cuja atuação, além de bastante limitada, tem como referencial o número de processos judiciais (por si sós dispendiosos ao Estado) e a tabela da Ordem dos Advogados do Brasil.

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e a Lei Complementar nº 80, de 1994, com a redação conferida pela recente Lei Complementar nº 132, de 2009, garantiram ainda autonomia funcional, administrativa e iniciativa para a elaboração de sua proposta orçamentária. Tais fatos fizeram com que, neste particular, a instituição seja equiparada ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

Há um descompasso, contudo, entre o "status" conferido à instituição, o aumento substancial de suas atribuições, ainda em processo de ampliação, e o aporte de recursos públicos imprescindíveis para a consecução de todas as suas finalidades, impostas pelo ordenamento legal vigente. Apesar dos reconhecidos avanços ocorridos neste governo, a situação orçamentária mineira, como sabido, impede que a Defensoria Pública tenha condições mínimas para exercer adequadamente seu elevado mister. A autonomia financeira da Defensoria Pública precisa urgentemente de um instrumento eficaz, de modo que a consecução de todos os seus objetivos, suprapartidários, possa ser, na medida do possível, desvinculada das contingências orçamentárias.

Haja vista, pois, as dificuldades enfrentadas pelo erário, propomos a criação de um Fundo Especial, denominado Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - Fundpemg.

Iniciativa semelhante existe em diversos Estados (RJ, RN, TO, BA, CE, RR, etc.) e visa à obtenção de recursos para a consecução das finalidades institucionais sem onerar o Tesouro Estadual. Entre as principais fontes receitas do Fundo, estariam um pequeno percentual sobre o recolhimento de emolumentos extrajudiciais e custas judiciais, os honorários de sucumbência devidos à instituição e o rendimentos de aplicações próprias do Fundo.

Trata-se de exemplar prático de ideal de justiça distributiva, já que, na prática, assegura direitos às pessoas que não têm condições financeiras. É considerado um verdadeiro divisor de águas nos Estados onde foi implementado e, por isso mesmo, irá constar no "III Diagnóstico das Defensorias Públicas no Brasil", realizado pelo Ministério da Justiça em parceria com instituições de pesquisa.

A aprovação do Fundpemg, na forma como pleiteada, não seria apenas uma fonte de recursos independente do erário. Resultaria, ainda, numa verdadeira economia aos cofres públicos, já que todo o custeio e investimento da Defensoria, hoje de responsabilidade do Tesouro Estadual, seria transferido para o Fundo de Defensoria Pública.

Cumpra esclarecer, por fim, que os recursos do Fundpemg se destinarão, exclusivamente, ao custeio e investimento da Defensoria Pública, e à capacitação profissional de seus membros e servidores. Ou seja: serão voltados exclusivamente para a prestação de serviço público e aos hipossuficientes que dele dependem. As despesas de pessoal, e apenas estas, continuariam vinculadas ao Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.193/2010

Autoriza a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - a doar ao Estado o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - autorizada a doar ao Estado de Minas Gerais imóvel com área de 61.000m² (sessenta e um mil metros quadrados), conforme descrição constante do Anexo desta lei, a ser desmembrado de área maior, situado no lugar denominado Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, no Município de Barbacena, matriculado sob o nº 36.036, pág. 60, Livro 3-AN, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis desse Município.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à Secretaria de Estado de Defesa Social - Seds - para futura cessão ou doação à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - para construção do Centro de Reintegração Social - CRS - em Barbacena.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, findo o prazo de três anos contados do registro da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de fevereiro de 2010.

Lafayette de Andrada

ANEXO

O imóvel tem início no perímetro do vértice 142, de coordenadas N7654352,949m e E 624931,949m, deste, confrontando com o Batalhão da Polícia Militar - Fhemig - Área 36, com os seguintes azimutes e distâncias: 201º43'57" e 195,246m até o vértice 143, de coordenadas N7654171,581m e E 624724,252m; deste, segue confrontando com Arlindo Muniz, com os seguintes azimutes e distâncias: 335º39'19" e 210,341m até o vértice 144, de coordenadas N 7654191,370m e E 6244637,544m; 313º59'48" e 127,564m até o vértice 66, de coordenadas N 7654279,979m e E 624545,777m; deste, segue confrontando com área livre - Fhemig - Área 05, com os seguintes azimutes e distâncias: 79º1759" e 393,006m até o vértice 142, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 45º00'00" Wgr, tendo como datum o SAD-69 (Brasil). Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Justificação: Tendo em vista a aprovação pelo Conselho Curador da Fhemig, por meio de Deliberação, da doação da área de que trata o projeto para o Estado, que, por sua vez, a cederá à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - com sede em Barbacena, o projeto ora apresentado viabilizará a doação definitiva da área. A Apac é devidamente constituída e não tem fins lucrativos. O terreno que se lhe pretende ceder se prestará à construção do Centro de Reintegração Social, o qual irá abrigar os ex-detentos dos regimes aberto, semiaberto e fechado. Essa iniciativa está de acordo com a política atual do governo do Estado e do Tribunal de Justiça, com o projeto Novos Rumos.

Sem dúvida será uma medida efetiva de recuperação e reintegração social dos recuperandos do Município de Barbacena. Existem no Brasil cem comarcas que já possuem esse tipo de unidade.

Solicito, portanto, dos nobres pares a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 4.194/2010

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 3 de novembro de 2009, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.065, de 22 de novembro de 2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 2º da Lei nº 18.490, de 3 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º – O imóvel de que trata a Lei nº 14.065, de 2001, com exceção da área de 1.000m² (mil metros quadrados) doada ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS –, reverterá ao patrimônio do Estado se não tiver sido dada ao imóvel, findo o prazo estabelecido no "caput" do art. 1º, a destinação nele prevista."

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de fevereiro de 2010.

Tiago Ulisses

Justificação: A Lei nº 14.065, de 2001, autorizou o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Monte um terreno com área de 9.856m², situado nesse Município, para a construção de quadras esportivas, creches, salão comunitário e área de lazer para a comunidade, bem como para a edificação, para doação ao Estado, de prédio apropriado à instalação de unidade da Secretaria de Estado da Fazenda.

Em seu art. 2º, a norma previa a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não fosse cumprida a destinação prevista.

Em 2009, foi editada a Lei nº 18.490, concedendo ao Município de Santo Antônio do Monte mais três anos contados da publicação desta lei para a conclusão das obras determinadas pela Lei nº 14.065, isto é, salão comunitário e de prédio, a ser doado ao Estado, para o funcionamento de unidade da Secretaria de Estado de Fazenda, além de autorizar o donatário a doar de uma área de 1.000m² ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – para a instalação de agência desse instituto.

Observe-se que a Lei nº 18.490, em seu art. 2º, determina que o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o novo prazo estabelecido, não tiverem sido cumpridas as finalidades previstas – edificação de salão comunitário e de prédio a ser doado ao Estado, bem como doação de 1.000m² ao INSS –; e o art. 3º revoga o art. 2º da Lei nº 14.065 – a antiga cláusula de reversão.

Assim, a área destinada ao INSS permaneceu vinculada ao imóvel doado ao Município de Santo Antônio do Monte podendo, em caso de não cumprimento da finalidade prevista, reverter ao patrimônio do Estado.

Em decorrência disso, parecer da Advocacia-Geral da União, Procuradoria Federal Especializada, opinou no sentido contrário à construção de obra no imóvel, até a devida regularização, com sua liberação do encargo destinado à Prefeitura.

Para a área de 1.000m² ser totalmente desembaraçada do imóvel do qual foi desmembrada, propomos nova redação para o art. 2º da Lei nº 18.490, de modo a estabelecer que o imóvel de que trata a Lei nº 14.065, de 2001, com exceção da área de 1.000m² doada ao Instituto Nacional de Seguro Social, reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo estabelecido no "caput" do art. 1º, não lhe tiverem sido dadas as destinações previstas.

Pelas razões apresentadas, contamos com a anuência dos nobres Deputados a este projeto de lei, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 18.490, de 2009, com a finalidade de liberar a área doada ao INSS da reversão nele prevista, a fim de possibilitar a implantação de sua agência no Município de Santo Antônio do Monte, em benefício dessa região.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.195/2010

Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Álcool e Drogas Desafio Vida Nova, com sede no Município de São Lourenço.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação Álcool e Drogas Desafio Vida Nova, com sede no Município de São Lourenço.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de fevereiro de 2010.

Tiago Ulisses

Justificação: O Centro de Recuperação Álcool e Drogas Desafio Vida Nova é uma associação sem fins lucrativos com sede na Rua José Simeão Dutra, nº 1.000, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de São Lourenço, que tem por finalidade promover a melhoria da qualidade de

vida das pessoas portadoras de qualquer tipo de dependência química, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual rogo a meus pares a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.381/2010, do Deputado Célio Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com Natália Aparecida Fontana pela conquista do primeiro lugar geral no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. (- À Comissão de Educação.)

Nº 5.382/2010, do Deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido para que o ônibus que faz o trajeto entre o Aeroporto Internacional Tancredo Neves e Belo Horizonte passe a circular também a partir de zero hora. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 5.383/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social cópia das notas taquigráficas da reunião desta Comissão realizada em 4/11/2009, que discutiu denúncias de mortes ocorridas no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, e do relatório da visita desta Comissão a essa penitenciária, em 3/11/2009. Solicita, ainda, seja encaminhado pedido de providências a respeito dos episódios que originaram as referidas denúncias. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.384/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Procurador de Justiça do Estado pedido de providências com vistas à prisão preventiva do Cabo PM Christian Fernandes da Silva, em consequência das graves denúncias relatadas em reunião desta Comissão, em 4/12/2009, destinada a discutir os direitos humanos das pessoas com sofrimento mental e o papel da sociedade e do Ministério Público nessa questão.

Nº 5.385/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Colegiado de Corregedorias de Defesa Social e à Ouvidoria da Polícia Militar pedido de providências com vistas à apuração das denúncias de ameaça, tortura, abuso de autoridade, lesão corporal e invasão de propriedade, atos que teriam sido praticados pelo Cabo PM Christian Fernandes da Silva e pelo Soldado PM Hudson Mendes Fernandes, lotados no destacamento da Polícia Militar em Catas Altas da Noruega. Solicita, ainda, sejam anexados ao ofício cópias, que encaminha, de documentos e notas taquigráficas da reunião realizada em 4/12/2009.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Transporte, de Assuntos Municipais, de Segurança Pública e de Cultura.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei breve. Apenas gostaria de trazer uma informação que, de certa forma, já é conhecida dos Agentes Penitenciários. Aliás, uma parte deles se faz presente na nossa galeria, nesta tarde. Ontem, no período da tarde - a imprensa já anunciou isso hoje -, numa reunião no gabinete do Deputado João Leite com o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e com a presença dos Deputados Lafayette de Andrada e Maria Tereza Lara e do Dr. Genílson Zeferino, ficou acertado que 105 Agentes já aprovados no processo de retorno seriam, a partir de hoje, encaminhados às suas respectivas unidades de trabalho. A informação que recebemos foi que, ainda ontem, a notícia já estaria divulgada no "site" da sede e, hoje, no "Minas Gerais". Ao verificar o "site" do "Minas Gerais", não encontrei a relação, mas fiquei tranquilo porque a Secretaria informou que a documentação com a relação dos nomes já estaria sendo encaminhada a esta Casa, com a informação do local para onde serão encaminhados esses 105 Agentes. Existe ainda o compromisso de que 55 daqueles que foram reprovados no psicotécnico e na segunda fase serão reavaliados. Essa relação de nomes está vindo também para a Assembleia. Creio que a passaremos às mãos dos Agentes agora à tarde, para que saibam de fato quais são esses 55 nomes. Eles devem procurar o departamento específico, pedindo que lhes seja novamente aplicado o teste. Conforme combinado com eles, essa iniciativa deve ser deles. Acredito que a proposta considerando o número 276, que o governo havia feito, acabou atropelando o processo, e até então não havia fechado; na nossa conta de ontem, fecha ainda com algo pendente, que são os 18 eliminados do processo. Conversando ontem com um membro da Secretaria, solicitei-lhe que levantasse esses 18 processos para avaliarmos caso a caso, a fim de vermos se, de fato, são casos que precisam receber esse tratamento de exclusão definitiva ou se é possível também reavaliar alguns. Por exemplo, um dos Agentes me mostrou, na sua pasta, que consegui pegar lá uma foto que é um documento contra ele, na qual ele aparece isolado, sem ninguém com ele, e onde não aparece fazendo movimento algum de rebeldia ou rebelião. O pior é que a foto nem sequer mostra com clareza se é ele mesmo que está lá. Esse caso ficou de fora, exatamente porque esse Agente foi considerado um daqueles que se rebelaram e quebraram a hierarquia. Queremos rever esses 18 processos para assim tentarmos recuperar, se não todos, pelo menos alguns que estejam inseridos no mesmo perfil desse Agente Penitenciário que ontem, no meu gabinete, apresentou-me seu prontuário. Em resumo, é isso. Agradeço a V. Exa. e ao Dr. Viana por ter-me concedido aparte.

Oradores Inscritos

- O Deputado Doutor Viana profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues.

- O Deputado Sargento Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- Os Deputados Weliton Prado e Domingos Sávio proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica que amanhã aniversaria o nosso companheiro Delvito Alves.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Requerimento nº 5.262/2009 ao Requerimento nº 5.261/2009, ambos das Comissões de Meio Ambiente e de Participação Popular, por guardarem semelhança.

Mesa da Assembleia, 4 de fevereiro de 2010.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que, em virtude do recebimento da Mensagem nº 477/2010, do Governador do Estado, solicitando, nos termos do art. 69 da Constituição Estadual, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.142/2010, de sua autoria, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Planejamento e Gestão, o projeto passa a tramitar em regime de urgência, conforme o disposto no art. 208 do Regimento Interno.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 5.384 e 5.385/2010, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 3/2/2010, do Requerimento nº 5.229/2009, do Deputado Duarte Bechir; de Assuntos Municipais - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 3/2/2010, dos Requerimentos nºs 5.230, 5.231 e 5.313/2009, do Deputado Doutor Viana, e 5.307 e 5.308/2009, do Deputado Duarte Bechir; de Segurança Pública - aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária, em 3/2/2010, do Projeto de Lei nº 3.988/2009, do Deputado Delvito Alves, e dos Requerimentos nºs 5.255 a 5.258/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 5.290/2009, da Comissão de Participação Popular, e 5.310/2009, do Deputado Célio Moreira; e de Cultura - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 3/2/2010, dos Projetos de Lei nºs 4.008/2009, da Deputada Cecília Ferramenta, e 4.031/2009, do Deputado Duarte Bechir, e dos Requerimentos nºs 5.249 e 5.250/2009, do Deputado Doutor Viana (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dilzon Melo, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Eros Biondini. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Eros Biondini.

- O Deputado Eros Biondini profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de terça-feira, dia 9, às 9 horas, e para a extraordinária também de terça-feira, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 9/2/2010.). Levanta-se a reunião.

Ata da 29ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/12/2009

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Elmiro Nascimento, Lafayette de Andrada, André Quintão, Fahim Sawan (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD) e Jayro Lessa (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência suspende a reunião por quinze minutos para entendimentos entre as lideranças. Reabertos os trabalhos, a Presidência informa que faz retirar da pauta da presente reunião o Projeto de Lei Complementar nº 57/2009 e o Projeto de Lei nº 3.797/2009, por falta de pressupostos regimentais. O parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 55/2009, no 2º turno, lido na reunião anterior, é retirado e é apresentado outro parecer, o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Délio Malheiros). Após discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.960/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.797/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de fevereiro de 2010.

Neider Moreira, Presidente - Adeldo Carneiro Leão - Lafayette de Andrada - Adalclever Lopes - Agostinho Patrús Filho.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Escola Estadual Abílio Neves, no Município de Campo Belo, pela realização do Projeto Incluir, com o tema "Todas as crianças são bem vindas à escola" (Requerimento nº 5.050/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Ronaldo Gonçalves, Prefeito Municipal de Pains, por ter editado decreto que transformou a Gruta Jardim do Éden, nesse Município, em unidade de conservação integral (Requerimento nº 5.053/2009, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a Associação Sabarense Protetora dos Animais e da Natureza pelos 8 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.054/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso ao Presidente do Minas Tênis Clube pelos 74 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.115/2009, do Deputado Ademir Lucas);

de aplauso ao Sr. Adair Sebastião Alves pelo recebimento do título de Cidadão Honorário de Sete Lagoas (Requerimento nº 5.118/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Wallace Ventura, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, pelo recebimento da Certificação Internacional Brasil Américas 2009, concedida aos 100 melhores governos e Prefeitos das Américas (Requerimento nº 5.129/2009, da Deputada Gláucia Brandão);

de congratulações com o Secretário de Defesa Social pelo lançamento do CD "Vozes das Celas", cujo objetivo é revelar talentos musicais nas penitenciárias e promover a humanização do sistema prisional do Estado (Requerimento nº 5.131/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Diretoria dos Diários Associados pela série de reportagens do jornal "Estado de Minas" sobre a disseminação do "crack" (Requerimento nº 5.132/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Montanhês Clube de Ouro Fino pelos 45 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.135/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da Polícia Militar pela atuação dos policiais que fizeram a segurança da Irmã Geralda Magela Fonseca, na reunião realizada em Salto da Divisa, no dia 23/11/2009, para obter esclarecimentos sobre a ocorrência de conflitos agrários no acampamento Dom Luciano Mendes e sobre as constantes ameaças de morte sofridas pela Irmã (Requerimento nº 5.136/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

manifestação de apoio ao Ministro da Previdência Social pelo acordo, a ser assinado com o Japão, com vistas a garantir que o tempo de trabalho de brasileiros nesse país possa ser contado para aposentadoria e sejam agilizadas negociações de acordos dessa natureza com países que recebem imigrantes brasileiros (Requerimento nº 5.138/2009, da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Apoio aos Emigrantes Mineiros);

manifestação de apoio ao Ministro do Trabalho e Emprego pela implantação, no Estado, de posto de atendimento específico para imigrantes, emigrantes e retornados, sendo o primeiro no Município de Governador Valadares, bem como sugestão de que seja implantado programa de qualificação profissional específico para retornados (Requerimento nº 5.139/2009, da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Apoio aos Emigrantes Mineiros);

de congratulações com a comunidade de São José do Alegre pelos 56 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.165/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Toledo pelos 56 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.166/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Carrancas pelos 61 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.167/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Capim Branco pelos 56 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.168/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Congonhas do Norte pelos 47 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.169/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Associação dos Produtores Rurais de Sabará pelo 14 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.171/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Escola Estadual Christiano Guimarães pelos 81 anos de seu funcionamento (Requerimento nº 5.172/2009, do Deputado Wander Borges);

de congratulações com a Federação de Futebol Society de Minas Gerais pelos 12 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.173/2009, do Deputado Wander Borges);

de repúdio aos Deputados Federais e aos Senadores da bancada mineira no Congresso Nacional contra o Projeto de Lei nº 4.548/98 (Requerimento nº 5.197/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso à Votorantim Metais pelos 40 anos de produção de zinco eletrolítico (Requerimento nº 5.199/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Gouveia pelos 56 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 5.200/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Bruno Terra Dias por sua eleição como Presidente da Amagis (Requerimento nº 5.201/2009, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Empresa Belo Vale Reformadora de Pneus pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.202/2009, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Associação Fundamental Cidade Feliz pelos seis anos de sua fundação (Requerimento nº 5.206/2009, do Deputado Wander Borges);

de aplauso aos policiais civis da Delegacia Especializada de Homicídios de Betim pelas ações rápidas de repressão ao crime realizadas este ano (Requerimento nº 5.322/2009, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Cb. PM Luis Carlos Ferreira Souza e ao Sd. Jefferson Souza Amaral pela efetiva ação policial que frustrou a tentativa de assalto à cooperativa de crédito em São José de Almeida, Distrito do Município de Jaboticatubas (Requerimento nº 5.324/2009, da Comissão de Segurança Pública).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 2/2/2010

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, novamente cumprimento - já fiz isso ontem - todos os colegas da Assembleia, particularmente os Deputados e ex-Secretários que a esta Casa retornam. Desejo a todos uma sessão legislativa de muito trabalho, de muito resultado e de muito debate político em prol do Estado de Minas Gerais. Quero, Sr. Presidente, nesta abertura da 4ª Sessão Legislativa, falar de uma data próxima muito importante. No dia 10 de fevereiro, meu partido, o PT, completa 30 anos de fundação. É um momento histórico para o nosso país, que tem hoje a oportunidade de, sob a liderança do PT e do Presidente Lula, estar em um caminho de crescimento, desenvolvimento econômico, afirmação política internacional e, principalmente, distribuição de renda, redução das desigualdades sociais, combate à pobreza e promoção da dignidade humana. Essa trajetória de 30 anos começou no final da década de 70, nos encontros preparatórios para a criação do PT. Esse partido não nasceu de nenhum gabinete parlamentar, não foi dissidência de outro partido, não foi criado artificialmente. Trata-se de um partido que desde cedo se enraizou no que havia de melhor na sociedade brasileira. O partido surgiu acolhendo experiências da esquerda, que, sob a égide da ditadura militar, era obrigada a exercer sua militância na clandestinidade. Também recolheu experiências de intelectuais progressistas, de jovens do movimento estudantil, do movimento sindical, que combatia o atrelamento dos sindicatos aos patrões - os sindicatos pelegos, ainda vinculados a uma estrutura sindical das décadas anteriores -, e também de movimentos populares sob forte influência das igrejas, particularmente da Igreja Católica, por meio da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. Assim surgiu o PT, que resistiu, ajudou e contribuiu muito na transição democrática.

O PT teve uma participação decisiva nas campanhas das Diretas Já. No movimento pró-constituente, em 1989, disputou a primeira eleição presidencial pós-ditadura com o nosso então Deputado Federal Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, Constituinte Nota 10, assim como os demais 15 parlamentares, que com o Lula somavam 16 na Constituição de 1988. E quase chegamos lá. Não desistimos, continuamos a nossa trajetória de luta política, de luta no movimento social e de disputas eleitorais. Participamos efetivamente das primeiras eleições para Prefeituras de Capital em 1985, bem como para governos de Estado.

Em nossa Capital, Belo Horizonte, ganhamos pela primeira vez a Prefeitura, em 1992, com o então Vereador Patrus Ananias, hoje responsável por um bellissimo trabalho à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Patrus é o Ministro do Bolsa-Família em Minas Gerais. Participamos de eleições em outras capitais e insistimos, apontando uma alternativa para o País, com as candidaturas de Lula, novamente, em 1994, 1998 e, finalmente, em 2002, quando se deu uma bellissima vitória democrática, inaugurando-se uma página diferente na história da política, da democracia e do crescimento com justiça social em nosso país.

Pesquisas recentes mostram uma aprovação de mais de 80% ao governo Lula. É o governo do Bolsa-Família, do ProUni, que coloca os jovens pobres na universidade; e das novas escolas técnicas federais. É o governo que injeta bilhões de reais, que vai atingir a meta de 11 milhões de famílias beneficiadas pelo Luz para Todos e que fez com que o Brasil tenha sido o país que melhor enfrentou a recente turbulência econômica, com uma previsão de crescimento econômico para este ano de 2010 de 5,5% a 6%. O que é melhor é que não se trata do crescimento econômico clássico e tradicional, defendido pelas elites, de fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo; este governo coloca a distribuição de renda, a universalização de políticas públicas e o aumento real do salário mínimo como fatores indutores do fortalecimento do mercado interno e do crescimento econômico em nosso país.

Portanto, a melhor forma de comemorarmos esses 30 anos do PT é exatamente revigorar esse projeto político, apontando para o País a continuação do caminho trilhado até aqui, com a candidatura da Ministra Dilma Rousseff à Presidência da República, fazendo assim com que uma mineira, uma mulher, chegue à frente dos destinos do nosso país - uma mulher que vai quebrar paradigmas, como fez Lula, um operário, ao chegar à Presidência da República.

Mas, Sr. Presidente, Minas Gerais também não pode se furtar de participar desse esforço na construção de um país melhor, e o PT de Minas, que empossou o seu Diretório Estadual no último sábado, também tem seus desafios. Aproveito para agradecer a confiança dos companheiros e companheiras do Diretório Estadual, que me elegeram Vice-Presidente Estadual do Partido do Trabalhadores, num momento em que o PT se prepara para ajudar na continuação do projeto nacional e também para apresentar ao povo mineiro um projeto alternativo, um projeto democrático-popular que contemple as regiões do Estado e que promova em Minas Gerais um crescimento econômico com distribuição de renda, com mais democracia e participação popular. Não somos intransigentes ou prepotentes; sabemos que chegar ao governo de Minas depende de costurar políticas, de parcerias com partidos hoje aliados ao governo Lula. Mas temos a convicção de que chegou a hora do PT.

Na última reunião do diretório estadual, o PT aprovou, por unanimidade, a tese da candidatura própria ao governo de Minas. Obviamente, não como imposição aos partidos aliados, mas como discussão política. Por vários motivos, pelo fato de termos o Presidente da República, pelo fato de a área social estar muito fortalecida por intermédio do governo Lula e do Ministro Patrus em Minas Gerais, em razão de o PT hoje ter aceitação muito grande no interior da sociedade brasileira, de ser o partido mais querido por quase 30% da população e por ter bons pré-candidatos que disponibilizaram seus nomes ao conjunto do partido, a resolução do PT aponta para a constituição de um palanque único da base aliada em Minas Gerais.

Não queremos dividir as forças que apoiam o governo Lula no Estado, queremos construí-las com o Vice-Presidente José Alencar, que foi homenageado com o título de militante honorário do PT, também por unanimidade. Provavelmente ele receberá essa distinta honraria nos próximos dias, e terá a participação do PCdoB, do PMDB e dos demais partidos, do PRB, que compõem a base aliada do Presidente Lula. Construiremos um programa de governo sintonizado com as mudanças sociais feitas pelo Presidente em nosso país. Temos a compreensão da política nacional: para se construir uma ampla aliança nacional, é preciso fazer concessões e discutir a integração nos Estados, mas isso não é

automático. Será na Bahia ou no Rio Grande do Sul, onde o PMDB terá candidatura, ou será no Rio de Janeiro, onde o PT irá apoiar a reeleição de um Governador do PMDB? Em Minas Gerais, o conjunto do PT entendeu que é a hora de apresentar a sua candidatura sintonizada com a candidatura nacional, para ser discutida no conjunto dos partidos da base aliada. Não queremos exclusivismo, queremos que em Minas Gerais a nossa pré-candidata, apoiada pelo Presidente Lula, tenha o maior número de votos, para que se consagre não somente a vitória de um partido, mas a vitória de um projeto exitoso, que está fazendo com que milhões de pessoas tenham direito a uma vida mais digna.

Para concluir, Sr. Presidente, não poderia deixar de reconhecer o esforço militante dos mais de 130 mil filiados do PT, dos mais de 750 diretórios municipais espalhados por toda Minas Gerais, dos militantes e simpatizantes anônimos do PT, dos Vereadores, das Vereadoras, dos Prefeitos, das Prefeitas, dos Vice-Prefeitos, dos Vice-Prefeitas, enfim, dessa verdadeira família que se chama PT. Temos, sim, nossas divergências e nossas diferenças, mas, ao longo da nossa história, sabemos construir a unidade na diversidade. Não sairemos divididos em Minas Gerais. Teremos sabedoria suficiente para apresentar uma alternativa consistente ao povo mineiro.

Se hoje é possível chegar aos 30 anos do PT como o partido mais querido de Belo Horizonte, de Minas e do Brasil, é porque esses destemidos companheiros e companheiras de 30 anos de militância partidária, e alguns de recente filiação partidária, puderam, ao longo dessa trajetória, dar sua modesta contribuição. Parabéns, PT, parabéns, Presidente Lula, pelo bem que tem feito ao nosso país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, cumprimento o Deputado André Quintão, nosso Vice-Presidente do PT, que me antecedeu, na certeza, companheiros André Quintão e Adelman Carneiro Leão, de que o PT tem uma grande missão este ano decisivo na história do Brasil, a partir de Minas Gerais. Esse é o desafio para todos nós, com uma pré-candidata mineira, companheira Dilma, militante estudantil em Minas Gerais, depois foi para o Rio Grande do Sul, onde teve sua vida política. Para nós está muito claro que o projeto de que o povo brasileiro precisa é este que está aí. Um projeto, de fato, democrático e popular.

Parafraseando o próprio Presidente Lula, nunca na história do País tivemos tantas conferências. A partir da Constituição de 1988, foi assegurada a participação efetiva do cidadão através das conferências municipais, estaduais e em âmbito nacional, assim formatando cada política, possibilitando o aprimoramento dos programas. Quantas conferências e quantos avanços nas políticas, porque há ainda muitos querendo menosprezar a grande liderança do Presidente Lula, hoje uma liderança mundial. Na verdade, ele foi o primeiro estadista a receber o prêmio do Fórum Econômico em Davos, e não pôde ir. Ao longo da história do Fórum Econômico, já tivemos outras lideranças. Participei de todos esses fóruns, e a nossa grande crítica é entender como o Presidente Lula, no 10º ano do Fórum, esteve no Rio Grande do Sul e não pôde ir a Davos, como ele conseguiu ter um avanço social, em políticas públicas, e, ao mesmo tempo, garantir a vitalidade da economia, fazendo jus ao "slogan" do governo: "Brasil, um país de todos". Trata-se de um governo que consegue enxergar o negro, a mulher e o indígena e consegue estabelecer políticas e programas que vão garantindo dignidade a essas pessoas. Em toda a história do Brasil, salvo engano, não ultrapassamos o total de 150 institutos de formação técnica. Somente nesses sete anos de governo, foram instalados mais de 200, ou seja, quase o dobro do número referente a toda a história, isso sem incluímos as universidades.

Temos de enxergar que os grandes avanços que houve em nível nacional não tiveram repercussão, encaminhamento, em nível estadual. Pode-se dizer que na área da educação houve avanço com trabalho intensivo com a juventude. Dessa forma, vamos verificar, é como uma amostra. O que há de políticas públicas em nível federal, de forma universal, atingindo todos os Municípios do País? Existem iniciativas até interessantes no governo Aécio, mas, quando verificamos, percebemos que existem apenas em três dos 853 Municípios. Então, que se resolva isso. Isso é apenas para se ter algo para fazer propaganda e fazer com que o cidadão pense que se está fazendo alguma coisa em todo o Estado, mas isso não é verdade. O que queremos, e é o que o povo mineiro precisa, é ser ouvidos. Assim, só mesmo com um governo popular isso será possível, como se vê ao longo da história. Ao ouvir a população, tem-se o compromisso de dar uma resposta por meio de políticas e programas. O que Minas respira é a vontade e a necessidade de mudanças, de transformação.

O modelo de gestão eficiente é aquele que dá espaço para a população, e é esse o modelo de que Minas precisa. Não é apenas o povo que é ignorado pelo governo, mas também esta Casa. A Assembleia Legislativa é ignorada. No final do último ano, fizemos acordos aqui para votar determinados projetos do próprio governo. Aprimoramos os projetos para votar até o Orçamento a ser executado ao longo deste ano, mas o governo não cumpriu a sua parte. Parece que o governo, caro Líder Deputado Vanderlei Miranda, quer derrubar o seu Líder nesta Casa. O que estamos entendendo é isso. Querem rifar o nosso companheiro, o nosso colega Deputado Mauri Torres. Quando o governo sinalizou para o Deputado Mauri fechar acordo com o Bloco PT-PCdoB-PMDB, entendemos naquele momento que seria isso cumprido. Nesta Casa cumprem-se acordos. O governo nunca é obrigado a fazer acordos com a Minoria, com a Oposição, mas, uma vez feito, que cumpra. Descumprir um acordo é abrir uma grande brecha, fere a relação de confiança que sempre houve nesta Casa.

Tenho sete anos nesta Casa. Tivemos vários Líderes aqui. Quantos entendimentos, negociações e acordos fizemos levando em conta, em consideração o povo mineiro, colocando em primeiro lugar o interesse coletivo, pois estamos representando o povo mineiro. Entretanto, os acordos não foram cumpridos. Conforme destacado na discussão da ata, o governo ontem não prestou contas nem explicou o porquê de não pagar as emendas dos parlamentares, uma vez que o próprio governo garante a cada parlamentar fazer a indicação do Orçamento - e aqui, pelo menos, o que chega a nós é o valor de R\$1.500.000,00 para cada parlamentar. Não sei se esse é o mesmo valor para a base do governo. Agora, nem esses R\$1.500.000,00 foram pagos. Convênios nem sequer foram assinados. Aliás, deveria ser pago ao longo de 2009. E, ao terminar o ano, o acordo do governo era que estaria pagando todas essas emendas em relação a 2009. E o pior é que o próprio governo deu sinal de que estaria pagando as emendas de 2010 ainda no primeiro semestre. Isso foi dito em reuniões realizadas com lideranças do governo. Então, trata-se aqui da confiança. Isso é triste, na verdade, é perigoso, a confiança foi quebrada.

Houve reuniões com mais de oito horas de duração com o Secretário de Defesa Social. Isso para tentar reparar uma grande injustiça que eles fizeram quando exoneraram centenas de servidores. Até mesmo efetivos, num primeiro momento, foram exonerados. Depois de uma reunião na Secretaria de Planejamento, com a Sra. Renata Vilhena, é que eles retomaram e mudaram o termo: em vez de "exoneração", foi "suspensão" dos efetivos; e mantiveram a exoneração dos contratados. O que eles disseram? Qual foi o acordo com a Secretaria de Defesa Social? Que eles estariam chamando todos, fazendo como um pente fino, e, no mínimo, reaproveitariam 80%, que seriam requalificados e readmitidos. O nosso Líder Deputado Vanderlei Miranda foi um grande interlocutor, participou de todas as reuniões e foi insistente, tanto com o Maurício Campos quanto com o Genilson. Então, mais uma vez fomos enganados, ignoraram esta Casa.

Eu estava me referindo à importância de haver em Minas um governo democrático e popular. Isso porque temos um governo que não ouve, ignora esta Casa e muito menos ouve o povo mineiro. Há eficiência de gestão. Minas precisa é de uma gestão compartilhada, porque o povo sabe do que precisa, o povo sabe onde o Estado tem de ser mais atuante, mais presente, basta ser ouvido. Então, o governo não ouve o povo nem esta Casa. Esperamos este ano a nossa união - PT, PCdoB, PMDB - e, quem sabe, dos Deputados. Há Deputados aqui, Deputada Maria Tereza Lara, que têm de rever projetos. Se querem resgatar a identidade do seu partido, têm de rever qual projeto querem para Minas e para o Brasil. O PDT tem uma história importante, de querer resgatar a coerência. Dentro de um plano nacional e estadual, o PDT tem de rever o rumo. Por que não o próprio PT? O partido é um instrumento. Num Estado Democrático de Direito, o partido é um instrumento muito importante. Nunca podemos permitir que um partido político seja uma mercadoria, um objeto de negociação. O partido é criado pela própria Constituição, ele é para garantir projetos. Nunca podemos permitir que um partido político seja mercadoria, objeto de negociação. O partido, reza a própria Constituição, é para garantir projetos. Cada um tem seus projetos, suas bandeiras, e têm de se aglutinar de acordo com compromissos, com programas e com projeto para um Estado e para um país. Assim esperamos também das lideranças de partidos de esquerda e de centro-esquerda que revejam seus rumos, analisem e enxerguem suas histórias e tenham projeto para o futuro, não para atenderem interesses de alguns coronéis, mas no esforço de atenderem o interesse do povo mineiro.

Que tenhamos um ano frutífero, de muito trabalho nesta Casa, pelo processo legislativo, ao fiscalizar o Executivo, e também de êxito eleitoral, para que cada mandato continue servindo ao povo mineiro e contribuindo com o País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores servidores desta Casa, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores que nos acompanham das galerias e especialmente de casa, pela TV Assembleia, que neste momento chega a centenas de Municípios do nosso Estado, o que me traz a esta tribuna, na verdade, é o mesmo assunto que trouxe aqui nosso Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB, Deputado Padre João; o mesmo assunto que também foi abordado, na questão de ordem, pelo Deputado Carlin Moura, do PCdoB. Na verdade, dois assuntos me trazem a esta tribuna. Primeiro, quero reproduzir as palavras de um dos líderes do movimento dos Agentes Penitenciários. Gostaria que prestassem atenção ao que eu disse. Reproduzirei as palavras que ouvi de um dos líderes do movimento dos Agentes Penitenciários.

Fui visitado nesta manhã, em meu gabinete, por um grupo. O que me trouxeram me deixou estarecido, com olhar e sentimento de perplexidade. Primeiro, foi feito acordo nesta Casa, no ano passado, resultado de muito estresse, de muito constrangimento, mas que, ao final, foi consenso entre o Líder do Governo nesta Casa e o Secretário da Casa Civil do Governo do Estado, que aqui esteve. Veio aqui para que, depois de tentarmos todos os acordos, ouvíssemos sua palavra, acreditando que sua intervenção mudaria o quadro em relação à injustiça cometida contra os Agentes Penitenciários. Muito bem, ele veio a esta Casa, elegante e educadamente, de forma não diferente do seu perfil. O acordo foi selado. Qual seria esse acordo? Segundo ele, 276 Agentes Penitenciários teriam seus nomes publicados, seriam requalificados e, entre os dias 10 e 11 de janeiro, estariam todos trabalhando.

Hoje, pela manhã, recebi a visita, em meu gabinete, de alguns líderes do movimento que me trouxeram uma notícia incrível de que os nomes foram publicados e os Agentes foram requalificados, mas estão todos na reserva. Ou seja, não foram chamados. Agora, pasmem, senhoras e senhores, companheiras e companheiros, Deputadas e Deputados, segundo as palavras de um dos líderes, o Dr. Genílson Zeferino primeiramente teria dito que "Deputado não manda nada naquela Secretaria". Se de fato essa expressão saiu da boca do Subsecretário Genílson Zeferino, ela não me atingiu absolutamente em nada, porque tenho certeza de que, assim como eu, nenhum Deputado desta Casa quer mandar em Secretaria alguma. Todos os Deputados desta Casa querem é ser respeitados e ver os acordos cumpridos.

Ao dizer isso - se é que realmente disse, por isso, mais uma vez, coloco aqui uma condicionante -, ele desmoralizou o Líder de Governo desta Casa. Ademais, Deputado Adelmo Carneiro Leão, ele desmoralizou o Secretário da Casa Civil, Sr. Danilo de Castro, que esteve aqui, na Assembleia, em nossa presença. Na ocasião, V. Exa. estava naquela reunião, na sala da Presidência, na nossa presença, e ligou para o Dr. Genílson Zeferino. Foi ali que o acordo foi finalizado, mas não foi cumprido. Não podemos negar também que os Deputados Mauri Torres e João Leite se empenharam. Danilo de Castro também se empenhou, mas também foi desmoralizado.

Um outro fato que ouvi - portanto passo-o adiante -, foi que o Dr. Genílson Zeferino disse que qualquer incompetente pode ser Agente Penitenciário. Isso é um desrespeito à pessoa humana. Eu estava sentado ao lado de V. Exa, Deputado Adelmo Carneiro Leão, e me lembrei de uma propaganda do governo muito bonita, que dizia o seguinte: " Minas avança e caminha para frente sem deixar ninguém para trás." Porém, tem gente ficando para trás neste momento.

Esperamos que o governo se manifeste e se posicione e que a Secretaria responsável se digne a dizer a esta Casa porque não cumpriu esse acordo que, na verdade, foi assinado, respaldado, avalizado e endossado pelo Secretário da Casa Civil, o ex-Deputado Danilo de Castro, e pelo Líder de Governo desta Casa, Deputado Mauri Torres. Acredito que a Secretaria de Defesa Social esteja devendo uma explicação não mais a nós, pois o que deveríamos e poderíamos fazer fizemos no ano passado. No entanto, o acordo não foi cumprido. Acredito que, quando a palavra é dada e empenhada mas não é cumprida, a negociação e o empenho, quaisquer que sejam, passam a ser sempre alvo da nossa dúvida - o que não deveria ser nem acontecer.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Vou ser breve. Só gostaria de parabenizar o Deputado Vanderlei Miranda pelo seu pronunciamento, que faz justiça às pessoas que foram tão perseguidas de forma injusta. O Deputado vem aqui demonstrar essa indignação, e é realmente importante que as pessoas tenham conhecimento do que está acontecendo. Uma palavra ou um acordo feito tem de ser cumprido e respeitado, e foi feito um acordo, um compromisso.

V. Exa. falou muito bem. Aliás, as Lideranças desta Casa e até o governo estão desmoralizados por isso. Sinto que, neste momento, o Governador Aécio Neves está perdendo o controle do governo, porque, dada a proximidade de sua saída, ele deve estar mais preocupado em fazer campanha e viajar que administrar o Estado. Realmente, se ele estivesse preocupado em administrar o Estado, acordos como esse seriam cumpridos. O precedente que foi aberto é muito grande, porque isso nunca aconteceu. Os acordos são feitos para serem cumpridos e respeitados. Aliás, foram feitos vários acordos, conversas e negociações, mas, infelizmente, o governo não os cumpre, gastando o dinheiro público à toa.

Houve uma requalificação e publicação dos nomes, deixando os Agentes numa espécie de reserva sem que eles fossem chamados, fazendo papel de bobos. Será que o governo acha que eles são meninos ou que a Assembleia Legislativa vai fazer papel de palhaço? Isso é um verdadeiro desrespeito e absurdo. É um precedente muito grande, que interfere até nas relações do Governador com os Deputados da própria base, já que muitos Deputados da base do governo se empenharam para que o acordo fosse feito.

Quereria parabenizar os Deputados Domingos Sávio, João Leite e Mauri Torres, porque eles foram firmes na representação para tentar solucionar o problema. Se o governo não respeita nem os Deputados da própria base e a Assembleia Legislativa, a situação ficará difícil.

É muito importante que V. Exa. explicite essa situação, e espero que o Governador fique um pouco mais preocupado em administrar o Estado e pare de viajar e de fazer campanha para que problemas como esse não voltem a se repetir.

O Deputado Vanderlei Miranda - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Quero trazer o segundo assunto rapidamente, ainda tentando preservar um pouco do meu tempo para que o Deputado Alencar da Silveira Jr. faça o seu aparte, o que muito me honra.

A outra preocupação que tenho é com essa mudança afobada para a chamada Cidade Administrativa. Isso vai trazer problemas sérios e complicar toda a vida administrativa do Estado. Não vejo necessidade dessa mudança de forma atropelada, com correria, dando a impressão de que o que se quer é mostrar-se para o Brasil, ao dizer que está sendo inaugurada, em Minas Gerais, uma megaobra ou um megaprojeto de engenharia. Não vejo essa urgência nem essa necessidade, mesmo porque os próprios funcionários já estão preocupados, uma vez que foi construído algo, do ponto de vista da engenharia moderna, maravilhoso, sem se preocupar com o espaço de lazer para os que lá estarão trabalhando. Ou seja, não houve preocupação de se construir um restaurante para o fornecimento de comida decente, produzida no próprio local. Muitas coisas ficaram faltando. Só pensaram no trabalho. Não pensaram que quem trabalha também precisa de um tempo de descanso durante o trabalho e durante a hora do almoço.

Sr. Presidente, V. Exa. poderia me garantir a palavra, por gentileza? O Deputado Alencar da Silveira Jr. talvez esteja querendo, de forma

equivocada, agradar algum segmento ou setor. Quando se pensou naquele local, eles acharam que para ali seriam enviadas máquinas e robôs e não pessoas. O que me preocupa é que, num primeiro momento, estão pensando em fazer chegar lá esses funcionários, mas e o cidadão comum que precisa dos serviços daquele centro administrativo? O que está preparado para ele? Quanto ao estacionamento que lá está, deverá ser pago por quem lá for. Será justo pagar o estacionamento considerando que quem se dirigir ao local só irá lá em função do trabalho? Será justo o serviço público cobrar estacionamento? Eu acredito que esse atropelo, essa pressa na mudança, na verdade, poderá, sim, trazer muito transtorno e prejuízos ao desempenho dos trabalhos deste ano, principalmente considerando que é um ano eleitoral. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uso da tribuna neste momento para tratar de algumas questões que considero importantes. Estamos todos voltando do recesso parlamentar e temos clareza de que todos os Deputados tiveram uma jornada efetiva de trabalho durante esse período. Eu, particularmente, rodei muito toda a Bacia do Rio Paracatu e a do Rio Uruçuaia. Aproveitei para reunir, discutir, planejar e acompanhar as discussões dos projetos de desenvolvimento sustentável que acompanhamos e ajudamos a implementar nessa região. Passamos também pelo Norte de Minas, pelo Jequitinhonha, pela região Central e pelo Alto Paranaíba.

Trago a preocupação de um tema a propósito do qual permanentemente temos feito uso desta tribuna, a questão do Luz para Todos. É inadmissível que em Minas Gerais a gente não consiga fazer com que esse programa ganhe o ritmo que precisa ganhar. As comunidades rurais estão aflitas porque, depois de uma interrupção de quase dois anos e meio do programa, sem explicação ou justificativa, a não ser uma vontade - acredito até legítima, porque a Cemig é uma empresa e quer ganhar mais pela prestação do serviço. Isso apesar de a lógica do Luz para Todos não ser essa. É preciso que a gente alavanque, de uma vez por todas, o Luz para Todos em Minas Gerais.

O Vice-Governador, Prof. Anastasia, que, quando da reunião com a Bancada do PT, no final do ano passado, falava como Governador porque estava substituindo Aécio Neves, em uma viagem, assumiu compromisso com esse ritmo novo do Luz para Todos. Srs. Deputados, trazemos novamente o nosso pedido, que nos ajudem nessa cobrança, nessa pressão. É triste perceber que ainda há critério político de negociação com a Cemig para atendimentos pontuais aqui e ali, quando o caráter desse programa é universal.

Aproveito também para convidar, mas com apelo de convocação, os Prefeitos da Bacia do Rio Uruçuaia. Teremos, na próxima quinta-feira, reunião na sede da Agência de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruçuaia, na cidade de Arinos. Será o momento de renovar a Diretoria do Consórcio dos Municípios da Bacia do Rio Uruçuaia, instrumento fundamental para encaminhar propostas e políticas públicas que tenham alcance regional. Muitos programas do governo federal têm como instrumento para alcançar Municípios pequenos, como vários da Bacia do Rio Uruçuaia, apenas o consórcio. Um exemplo é o Programa Esporte e Lazer da Cidade - Pelc -, cujo edital fechou há duas semanas. Vários Municípios não puderam apresentar projetos porque não atendiam individualmente as exigências. Uma delas dizia respeito ao número mínimo de jovens inscritos. Pequenos Municípios não conseguem levantar 400 jovens que se enquadrem nas condições do programa. Temos de encaminhar propostas substantivas ao Ministério da Cultura relativas à Bacia do Rio Uruçuaia. Então faço um apelo aos Prefeitos dos 11 Municípios da Bacia do Rio Uruçuaia para que compareçam a essa reunião, na próxima quinta-feira, na Agência de Desenvolvimento Sustentável, em Arinos, para discutirmos, elegermos nova diretoria e darmos fôlego a este instrumento de desenvolvimento regional, que é o Consórcio dos Municípios da Bacia do Rio Uruçuaia.

Por fim, Sr. Presidente, faço referência ao evento de que participei ontem, em Brasília, que foi a inauguração oficial de 78 Centros Federais de Educação Tecnológica. É sabido que a rede federal de educação tecnológica está sendo substancialmente revigorada no governo Lula e que com os 78 centros inaugurados ontem completam-se 140 novos centros em funcionamento nesse governo, duplicando-se efetivamente a rede federal de educação tecnológica e também o número de matrículas. Portanto, o que foi feito em 100 anos foi duplicado pelo governo Lula em praticamente 7 anos. Alcançaremos a marca de quase 400 Centros de Educação Tecnológica da rede federal ao final deste ano, praticamente triplicando a oferta que o governo Lula recebeu quando iniciou seu trabalho. Aliando isso a todo o investimento que está sendo feito na universidade pública, não há como não qualificar esse esforço e a atuação desse governo como verdadeira revolução.

Sr. Presidente, ressalto que os Centros Federais de Educação Tecnológica de Paracatu e de Arinos, nos quais tivemos atuação decisiva, ao lado do Deputado Federal Virgílio Guimarães, deixam-nos muito satisfeitos e realizados. Tivemos oportunidade de argumentar com o governo federal e de construir solução para a região Noroeste, que receberia um único Centro Federal de Educação Tecnológica. Usamos como justificativa o fato de a região ser muito grande e não contar com unidade alguma de educação tecnológica federal ou educação superior; portanto, merecíamos e precisávamos, ao invés de um, de pelo menos dois Centros de Educação Tecnológica, um para cada uma das principais bacias contribuintes do Rio São Francisco, localizadas à sua margem esquerda.

Portanto, um Centro Federal de Educação Tecnológica em Paracatu, beneficiando os Municípios da Bacia do Paracatu, e um Centro Federal de Educação Tecnológica em Arinos, beneficiando os Municípios da Bacia do Rio Uruçuaia, de forma a compor esse esforço de desenvolvimento sustentável regional e garantir conhecimento, ciência e tecnologia, são fundamentais para auxiliar no desenvolvimento da nossa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Deputado João Leite. Tenho a honra de cumprimentar V. Exa., que preside esta reunião ordinária. Também gostaria de parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Quero saudar também todos os companheiros, amigos Deputados que estão retornando à Casa neste momento importante, já que estamos cumprindo o último ano de nosso mandato.

Quero também saudar o Deputado Adelmo e fazer uma saudação especial ao Deputado Marcus Pestana, que, durante longo período, esteve à frente da Secretaria de Saúde. Quero, usando a prerrogativa conferida pelo art. 70, manifestar a nossa imensa satisfação em nome de nossa região Sul quanto à instalação do gasoduto na cidade de Jacutinga. Há muitos anos estamos nessa luta. Conseqüentemente, graças ao trabalho do Governador Aécio e do Vice-Governador Anastasia, tivemos uma parceria com o governo federal para a instalação definitiva do gasoduto no Município de Jacutinga.

Antes de discorrer sobre esse assunto tão importante para o Sul de Minas, para Minas e para o Brasil, gostaria de conceder aparte ao nosso ex-Secretário, ao nosso Deputado Marcus Pestana, que já estava inscrito para falar, mas, ainda assim, terei a honra e muita satisfação de ouvir o ilustre Deputado que retorna ao Parlamento mineiro. Antes, porém, caríssimo amigo Deputado Marcus Pestana, sou também obrigado a manifestar a V. Exa., em nome da nossa região e da minha querida Ouro Fino, os nossos sinceros agradecimentos pela gestão de V. Exa., quando Secretário de Saúde, em favor de Ouro Fino e da nossa região, da minha Santa Casa, e por todas as ações voltadas aos nossos Municípios. V. Exa., com certeza, se solidificou como um grande Secretário de Estado, conhecedor profundo das ações do governo Aécio Neves, como grande administrador hospitalar. Tenha certeza de que V. Exa. faz parte da história de Minas Gerais porque conseguiu imprimir sua seriedade, sua transparência, sua ética e seu elevado conhecimento público em favor de uma saúde de primeiríssima qualidade em nosso Estado. Agora, por força eleitoral, V. Exa. retorna a esta Casa, mas tenha certeza de que contribuiu, e muito, para o governo Aécio Neves, que registra, mais uma vez, essa forte aspiração de que o governo de Minas seja o melhor governo do Brasil.

V. Exa., como sempre falei, é o melhor Secretário de Estado do Brasil. Em meus discursos sempre falei isso e saudei V. Exa. em nome de

minha região. Aqui no Plenário dou-lhe boas-vindas e concedo aparte neste seu primeiro dia no Parlamento, para muito lhe agradecer tudo o que fez e desejar-lhe uma grande estada conosco, com sua experiência ao lado dos parlamentares desta Assembleia.

O Deputado Marcus Pestana (em aparte)* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, boa tarde a todos, servidores da Assembleia e representantes da imprensa. Gostaria de agradecer de pronto a gentileza do Deputado Dalmo Ribeiro Silva de me ceder alguns minutos. Eu estava inscrito. Quero seguir o conselho de um grande líder mineiro. Na sua sabedoria, o ex-Governador Hélio Garcia certa vez aconselhou um amigo que havia sido eleito Deputado Federal, uma pessoa muito eloquente, ativa e com personalidade forte. Ele disse: "Fique seis meses em silêncio. Aprenda a dinâmica da Casa. Aprenda o andar da instituição para depois se expor". Então, eu estou vindo de sete anos à frente da Secretaria. Elegi-me Deputado e fiquei apenas um único dia aqui porque recebi o honroso convite do Governador Aécio Neves para retornar à Secretaria. Quero ter uma atuação "low profile", amena, serena e muito comedida nos primeiros meses da minha convivência aqui porque tenho de aprender a dinâmica da Casa.

Estou fazendo a minha estreia diante de cinco Deputados no Plenário. Pensei que a reunião começaria às 15 horas, mas, na verdade, começa às 14 horas. Eu estava inscrito para falar e acabei perdendo a inscrição. Tenho de estudar o Regimento Interno profundamente. Tenho de ter humildade para aprender a dinâmica da Casa. Tenho de aprender as regras do jogo. No meu tempo de movimento estudantil, quando dirigia assembleias com cerca de 3 mil estudantes e não havia regimento escrito, "pela ordem", por exemplo, era usado somente para questões processuais, e não para questões de mérito. Era usado apenas para intervir na dinâmica decisória. Vejo aqui que "pela ordem" serve também como instrumento de pronunciamento para todos os assuntos.

Mas hoje faço intervenção, usando a gentileza do Deputado Dalmo, que é grande parceiro. Não quero falar hoje sobre questões de mérito, de políticas públicas. Não quero falar desta maior intervenção no desenvolvimento urbanístico da Região Metropolitana, que é o projeto estruturante do Vetor Norte. Penso que as pessoas precisam estudar, conhecer e discutir mais, porque a questão não é exclusivamente a cidade administrativa. Houve a coragem de transferir os voos para Confins e de gerar novo regime fiscal para o "hubbie" de logística de lá. Há o Hospital de Venda Nova, onde investimos R\$40.000.000,00 por ano, a Linha Verde e a Avenida Antônio Carlos, que são as maiores obras estruturantes. Vejamos o que está acontecendo em São Paulo. Todas as grandes metrópoles no mundo, como Barcelona e Paris, têm economias de escala e fizeram intervenções radicais, mudando seus centros de gravidade de funcionamento. Teremos oportunidades de discutir isso, não é o caso de o fazermos hoje. Também não quero discutir sobre acordo realizado em torno dos Agentes Penitenciários, do qual não participei. Eu estava na saúde, e não na defesa social, mas entendo que o governo Aécio Neves tem compromisso com a qualidade do serviço público, com a meritocracia. É importante, sim, cumprir acordo e é importante resguardar a qualidade do serviço público, com o mínimo de exigência de adequação da pessoa para aquela função. Mas não discutiremos isso aqui. Não discutiremos o Luz para Todos, no qual o governo do Estado coloca 70%, por meio do Tesouro e da Cemig, e é grande programa de universalização de energia. Também não discutiremos o uso da máquina de campanha e hipertensão. O Governador Aécio Neves está com a saúde em dia, não tem hipertensão por exagero. No dia próprio, falarei sobre a pedagógica via histórica que levei em Juiz de Fora, sentindo semente de chavismo autoritário, quando 800 pessoas organizaram via que constrangeu o Presidente Lula e o Ministro Patrus e que foi fato desqualificado e mal-educado, em momento de parceria. Não discutirei sobre questões do uso de máquinas, porque o Governador é muito ético, muito prudente, assim como também é o Vice-Governador Antonio Augusto Anastasia. Não falaremos sobre o uso da máquina porque esse assunto não é favorável àqueles que levantaram a questão aqui. Também não falarei sobre o Hospital de Uberlândia, que será referência. Trata-se do maior investimento recente em saúde pública. Será o hospital mais moderno de Minas Gerais, modelo para o Brasil inteiro. Nem falarei sobre Guanhães. É preciso conhecer o histórico de 20 anos. Houve altos e baixos, problemas e distorções. Estou empenhado no Hospital de Contagem, a maternidade, mas falta o convênio do Ministério. Tenho conversado permanentemente com a Prefeita Marília e temos parceria solidificada. Tenho grande admiração pelo Adelmo. Temos amigos em comum que já o assessoraram e que foram importantes na minha formação, na minha juventude. Mas não discutirei a Emenda Constitucional nº 29, que é assunto complexo. Em momento próprio, em que ele surgir novamente, discutiremos.

Estou aqui para agradecer a acolhida que tive aqui, ontem e hoje, e colocar-me à disposição. Estou mudando de ares 22 anos depois. Poucos sabem. A maioria pensa que sou um tecnocrata que veio e entrou na política pela gestão pública. Na verdade, foi o contrário, descobri a administração pública por meio dos movimentos estudantis e sociais. Elegi-me Vereador, mas poucas pessoas em Belo Horizonte sabem que fui Vereador por seis anos. Fui eleito com 22 anos. Era Presidente de Diretório Central dos Estudantes. Antes de me formar, estava inscrito para fazer o concurso de mestrado de Economia na UFRJ. A turma resolveu me lançar. Deixei a Presidência do DCE em maio de 1982, tranquei a matrícula em junho, adiei a minha formatura um semestre, vindo a me formar em meados de 1983. Tornei-me Vereador, e foi um aprendizado incrível. Eu era muito entusiasmado, muito radical, muito ortodoxo. Foi no Parlamento, em que o conjunto da sociedade está representada, em que há esse ambiente plural e diverso, que superei o gérmen do autoritarismo. Foi aqui que aprendi a conviver com as divergências. Um grande autor italiano, Gramsci, diz que devemos prestar atenção ao adversário, mesmo que ele esteja só com 10% da razão. Você aprenderá com esses 10% da razão do seu contendor.

Tenho um espírito muito aberto, não sectário, fiz uma carreira pelo setor público. Depois de ter sido Vereador, só ocupei cargos executivos, mas sempre na militância política. Estou agora retornando, depois dos sete anos mais felizes e mais produtivos da minha vida. Não farei balanço de governo porque isso não é próprio, este não é o momento, mas tive os sete anos mais produtivos e felizes da minha vida. Já fui Vice-Ministro do Meio Ambiente, Chefe de Gabinete do Ministério das Comunicações e Secretário de Planejamento, mas nada se compara a essa minha última experiência. Como dito aqui, quase caí da cadeira quando o Governador Aécio me convidou, no dia 22/12/2002, na casa dele, para ser Secretário, porque eu conhecia a área profundamente. Tinha acompanhado, como Secretário de Planejamento e Secretário de Governo da Prefeitura de Juiz de Fora, o amadurecimento do SUS, mas não conhecia essa realidade inteiramente, tinha dificuldade com o varejo da saúde, do ponto de vista pessoal. Quando fui visitar a primeira UTI neonatal, quase desmaiei, porque não fui treinado para isso, essa não era a minha vocação nem a minha escolha. Mas fui-me acostumando com a ideia. Sete anos se passaram e foi o período mais feliz da minha vida. Sou grato por ter trabalhado com o maior líder e estadista da minha geração, o mais qualificado do quadro político nascido nos últimos 50 anos no Brasil, que é o Aécio Neves. Tive o prazer de ser coordenado pelo maior cargo gerencial da administração pública brasileira, e já estive quatro anos em Brasília convivendo com grandes quadros, como o Ministro Bresser Pereira, Pedro Parente, Clóvis Carvalho e tantos outros. Digo, o Prof. Anastasia é o mais preparado, o mais qualificado quadro da administração pública brasileira. Há pessoas que pensam, e só pensam, e é bom que pensem; há outros que só falam, e a fala é muito importante para mobilizar as energias da sociedade; há pessoas que fazem as coisas, e é bom que haja esses bons operadores. Mas o Prof. Anastasia tem aquela rara combinação de ser uma pessoa que pensa, que fala, que age, e que, acima de tudo, age transformando. A ação transformadora é que qualifica um homem público. Teremos muitas oportunidades para discutir essas questões.

Quanto às intervenções de alguns Deputados mais jovens e mais entusiasmados, lembrei-me de minha época no movimento estudantil, quando havia 4 mil pessoas na praça cívica em Juiz de Fora e 4.001 correntes. O jornalista João Carlos, que é meu contemporâneo de universidade, se lembra desses momentos. Na época em que o movimento estudantil estava vivo, ativo, havia 4 mil estudantes na Assembleia e 4.001 correntes. Cada cabeça era uma sentença naqueles momentos. Estava eu lá presidindo, coordenando, sem regimento. Não deixávamos falar em questão de mérito. A questão de ordem era processual para as intervenções. Vou-me acostumar à dinâmica da Casa. Estou chegando aqui agora. Quem sou eu, portanto, para opinar. Vejo alguns Deputados mais jovens, aguerridos, muito entusiasmados, e lembro-me dessa época. Alguém me cobrou aqui audiências. Atendi a todos os Deputados. Basta perguntar aos Prefeitos do PT, basta ver o discurso que o Prefeito do PT de Caratinga fez na inauguração da maternidade semana passada. Sempre tivemos acolhida porque temos uma postura republicana. Somos passageiros nos cargos. Agora, não dá para pedir audiência num tom inadequado, quase de ameaça. Isso não é produtivo. É preciso ter uma postura civilizada, educada e produtiva, de cooperação, caso contrário é pura retórica e pura marcação. Por exemplo, fui militante estudantil durante quatro anos, no partido do Deputado Carlinhos. Vejo aqui os Deputados entusiasmados e me lembro da minha juventude. Sempre carrego esta alma juvenil. Não gosto muito daquela coisa do Roberto Campos, que é incendiário aos 20 anos e bombeiro aos 40 anos. Continuo incendiário maduro. Ao ver alguns Deputados mais aguerridos e entusiasmados, lembro-me de Nelson Rodrigues, que era pensador conservador e grande autor de teatro, que inspirou muitos filmes da filmografia brasileira. Sempre carrego a juventude em meu peito e inspiro minha militância. Certa vez perguntaram a Nelson Rodrigues qual conselho daria aos jovens. Ele respondeu: "Envelheçam, envelheçam e envelheçam". Maturidade vem com o tempo. Isso é o aprendizado da democracia. Percebo em alguns esse calor recarregado de espírito público

e de boas intenções. No contraditório, futuramente estabeleceremos... Dentro do bom conselho do grande mestre Hélio Garcia, pretendo aqui chegar assim: devagarinho, em silêncio, aprendendo com a Casa e, aos poucos, na medida dos meus limites, contribuindo para o debate. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, obrigado pela cortesia, pois me atrasei e perdi minha inscrição, mas sou muito assíduo e militar nos meus horários. Pensei que a reunião se iniciava às 15 horas. No fim de semana, estudarei o Regimento e tentarei ser craque nele, para não cometer falhas tão primárias como esta. Um grande abraço! Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Deputado Marcus Pestana. É uma alegria tê-lo conosco nesta sua trajetória extraordinária, como grande Secretário que foi. Certamente V. Exa. enriquecerá o quadro do Parlamento mineiro diretamente na nossa Comissão de Saúde, assim como nas nossas outras comissões temáticas. Aproveitamos para dar as boas-vindas a V. Exa. e aos outros parlamentares e aos Secretários que estão chegando, nesta convivência fraterna, buscando sempre os interesses em favor do nosso Estado.

Sr. Presidente, conforme estávamos falando, o acontecimento que tivemos neste final de janeiro, em Jacutinga, certamente revolucionando nosso desenvolvimento regional, é o marco do desenvolvimento com a instalação do gasoduto, ação do governo federal com grande parceria do governo estadual, por meio do Gasmig. Lembro-me, como se fosse hoje, de que, em 1999, quando o Governador Itamar Franco, nosso ex-Presidente, governava Minas Gerais, iniciamos uma série de audiências públicas -, em 1999, 2000, 2001 -, demonstrando efetivamente que tínhamos caminho para garantir o desenvolvimento da nossa região. Lembro também que, em 2003, inauguramos ciclo de debates num primeiro encontro que promovemos em Andradas - terra natal do Deputado Carlos Mosconi -, que à época era Deputado Federal, cidade hospitaleira e amiga. Abrimos longo debate, demonstrando não somente ao governo, mas também à Gasmig e à Petrobras que tínhamos certamente eixo forte para garantir o desenvolvimento por meio do gás vindo de Paulínia, passando pela rota de Jacutinga, servindo Andradas e Poços de Caldas. Foram produzidas muitas audiências. Abraçamos essa causa porque tínhamos certeza de que o projeto sempre foi e seria vigoroso para nosso desenvolvimento. Tanto é verdade que, em 2003, propusemos até uma frente parlamentar para garantir a instalação do gasoduto.

Mas isso graças à iniciativa - extraordinária esta visão - do grande estadista Governador Aécio Neves, que tinha também como seu Secretário o Prof. Antonio Augusto Anastasia. Começamos a caminhar diferentemente, a buscar efetivamente que o Sul de Minas desse a sustentabilidade para o desenvolvimento por meio do gasoduto. Consequentemente, quero agradecer ao ex-Secretário Wilson Brumer todo o apoio que tivemos junto ao Governador no primeiro mandato. Começamos esta caminhada com ações e até visitando os locais. Tivemos a melhor iniciativa: o gás saindo de 99km de Paulínia, com a plataforma de Jacutinga, e essa cidade recebendo o gás e o fornecendo a Andradas e a Poços de Caldas. Não é só por aí: hoje há este investimento de quase R\$300 milhões em que o Estado sempre pode depositar, acima de tudo, sua esperança, principalmente para a geração de empregos. Ocorrerá grande desenvolvimento com o gasoduto não somente para Jacutinga e toda a região, mas para todo o Leste paulista, assim como para o Sul de Minas. Devemos comemorar muito, caríssimos Deputados, esse grande acontecimento. Quero destacar a participação efetiva do governo Aécio Neves, que nunca deixou de atender às nossas reivindicações com as audiências públicas, com as Secretarias de Desenvolvimento, com a Cemig, com a Gasmig e com todos aqueles que entenderam a parceria dos governos federal e estadual elegendo o Município de Jacutinga como palco desse grande acontecimento, dessa grande usina distribuidora de gás. Quero, mais uma vez, conforme já fiz por meio de vários órgãos de imprensa, testemunhar e agradecer pela visão extraordinária do governo Aécio Neves e do Prof. Antonio Augusto Anastasia ao elegerem Jacutinga, meu Sul de Minas, para a instalação do gasoduto, garantindo desenvolvimento e renda para Minas e para o Brasil. Nosso Sul de Minas está, com certeza, feliz e esperançoso pela geração de empregos, pela instalação de grandes indústrias. Neste momento, quero abraçar o Sr. Darci Cardoso, caríssimo Prefeito de Jacutinga; o Sr. Nivaldo, nosso Vice-Prefeito; e agradecer à Câmara Municipal e a todos aqueles que, desde o primeiro momento, entenderam por que sediar em Jacutinga a plataforma do gasoduto. Foi muito difícil inicialmente a pergunta: "Por que Jacutinga?". Mas, até em decorrência do eixo que foi estabelecido tecnicamente, não teríamos outro Município a não ser Jacutinga. Hoje, com certeza, todos entendem e aplaudem esse grande investimento, que beneficia Andradas, que é o maior polo cerâmico de Minas Gerais, por meio de três polos. E daí por diante. Brevemente a Fernão Dias será beneficiada, passando pela cidade de Congonhal, destino a Varginha. Muitas outras cidades se beneficiarão do gás que recebemos de Paulínia, a 99km. Parabéns, Governador Aécio Neves, parabéns, meu Sul de Minas, por esse grande investimento, que certamente marca e marcará o desenvolvimento do nosso Estado e do Brasil. Muito obrigado, Deputado João Leite.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público aqui presente, em especial todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, em diversas cidades de Minas Gerais, assomo a esta tribuna, no primeiro dia dos nossos trabalhos ordinários nesta Casa, com muito otimismo.

Hoje venho fazer uma série de agradecimentos. Quero agradecer à população do Norte de Minas, minha região, que tem confiado a mim a defesa daquelas cidades nesta Casa. Agradeço, de forma especial, ao Presidente Lula, à Ministra Dilma Rousseff e ao Deputado Federal Virgílio Guimarães, que não têm medido esforços para atender os nossos pleitos em Brasília. Estou aqui para anunciar uma das obras mais esperadas e sonhadas na minha região, que compreende Manga, Montalvânia, Itacarambi, São João das Missões, Januária, Juvenília, Miravânia e Matias Cardoso: o asfaltamento da BR-135. Trago, ainda, três ótimas notícias para a nossa região. Em primeiro lugar, o DNIT atendeu o nosso pedido, considerando a batalha incansável do Deputado Federal Virgílio Guimarães, que tem feito comigo essa defesa em Brasília. Ele conversou pessoalmente com a Ministra Dilma Rousseff e com o Ministro dos Transportes. Aproveito para agradecer o apoio da Bancada Federal solidária ao nosso movimento. Fato é que o DNIT atendeu nosso pedido, apesar da demora da tramitação em função de a BR-135 ter sido estadualizada no final do governo Fernando Henrique Cardoso. Ficamos cinco anos com essa estrada delegada ao DER e, durante esse período, não se passou uma máquina de Itacarambi a Montalvânia, que chegou a ficar ilhada. Ao assumir o mandato de Deputado nesta Casa, incumbi-me de, com o Deputado Federal Virgílio Guimarães, fazer em Brasília a defesa dessa estrada. Conseguimos fazer com que o Presidente Lula retomasse os trechos de Itacarambi a Montalvânia e de Montalvânia a Cocos, na Bahia, para o DNIT, com uma verba inicial de R\$3.000.000,00, com a qual se fez o melhoramento da estrada. Ao final de 2008, conseguimos empenhar R\$35.000.000,00 para o asfaltamento da estrada ainda naquele ano. Mas o Ibama exigiu que se fizesse um novo projeto executivo, que foi feito pelo Exército e já foi aprovado pelo DNIT. Assim, hoje queremos dar a boa notícia de que o DNIT já soltou os três editais.

O primeiro é o Edital nº 0012/2010, no valor de R\$55.068.696,99, recursos que serão destinados ao primeiro trecho, que vai de Manga a Monte Rei, Distrito de Juvenília, com licitação no dia 22/2/2010, às 15 horas, na sede do DNIT. Já o Edital nº 846/2009 destina o valor de R\$42.469.710,07 para a pavimentação do segundo trecho, de Monte Rei a Montalvânia, com 18,10km. A terceira boa notícia é que os projetos dos trechos de Manga a Itacarambi e de Montalvânia a Cocos, na Bahia, já estão sendo finalizados pela equipe do Exército, e também serão licitados ainda em 2010.

Temos ainda outra notícia muito boa, o Edital nº 791/2009, no valor de R\$18.847.456,04. Esse valor será para manutenção enquanto não sair o trecho de asfalto. Lá hoje existe uma situação muito precária. O DNIT fará uma reforma geral no trecho de Itacarambi a Montalvânia, liberando mais R\$18.800.000,00. A licitação ocorrerá em 3 de março e já foi publicada no "Diário Oficial da União".

São quatro ótimas notícias que temos orgulho de dar em primeira mão, na abertura deste ano legislativo. Essa foi uma luta que contagiou todo o meu mandato, até pelo fato de eu ter nascido em São João das Missões e de ter sido Vereador em Manga por três mandatos. O principal objetivo e compromisso da minha candidatura naquela época era desenrolar essa obra, que era o sonho da população de Manga, Montalvânia, Itacarambi, Januária, São João das Missões, Matias Cardoso, Jaíba, Juvenília e Miravânia. Hoje estamos realizando esse sonho, tirando essa obra do papel e trazendo essa notícia maravilhosa para a nossa população.

E as notícias boas não param por aí. Em 19 de janeiro estive em Araçuai acompanhando o Presidente Lula e a Ministra Dilma Rousseff. Na

ocasião, o Presidente Lula assinou mais um convênio importante, que vem atender uma velha reivindicação nossa: a construção de mais escolas técnicas em Minas Gerais. E o Presidente Lula assinou um convênio com a Unimontes liberando-lhe R\$70.000.000,00 para a construção de 12 novas escolas técnicas no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, nos Municípios de Manga, Bocaiuva, Brasília de Minas, Espinosa, Monte Azul, Janaúba, Joaíma, Taiobeiras, Grão-Mogol, Pompéu, Ibirité e Lagoa Santa. São R\$70.000.000,00 num convênio com a Unimontes, em que 90% dos recursos vêm da União e 10% do Estado.

Em Manga a população vibrou. Será a primeira escola técnica de nível superior na região. Hoje ela é uma cidade-polo, e em seu entorno estão os Municípios de Montalvânia, Juvenília, Matias Cardoso, Jaíba, São João das Missões e Miravânia. Juntando essas populações, dá mais de 200 mil habitantes, e não tínhamos uma escola técnica e um curso superior na região. Agora temos muito a agradecer ao Presidente Lula, que ouviu nosso pedido e clamor e está liberando R\$70.000.000,00, dos quais R\$6.000.000,00 serão para a construção dessa escola em Manga; R\$6.000.000,00, atendendo ao nosso pedido, para a construção da escola técnica de Janaúba; R\$6.000.000,00, também a nosso pedido, para atender outra escola técnica em Brasília de Minas; R\$6.000.000,00 para a escola técnica de Bocaiuva; R\$6.000.000,00 para a escola técnica de Monte Azul, Espinosa, Grão-Mogol, Pompéu, Joaíma, Taiobeiras, Ibirité e Lagoa Santa.

Obrigado, Presidente Lula, obrigado, Ministra Dilma Rousseff. Só temos a comemorar. Estamos começando 2010 com o pé direito, anunciando aqui a soma de quase R\$200.000.000,00 em investimentos do governo federal na nossa região; R\$70.000.000,00 para a educação e mais de R\$110.000.000,00 para a pavimentação da BR-135.

Se somarmos o valor que o governo federal liberou - aliás, a obra já está quase pronta - para a readequação do trecho Montes Claros-Curvelo, teremos um total de mais de R\$400.000.000,00. Se somarmos o valor das recuperações que estão sendo realizadas em todas as estradas federais, veremos que Minas Gerais nunca recebeu um montante tão significativo de recursos federais como no governo Lula. É assim que o Presidente Lula trata o povo brasileiro, ou seja, ele trata todos os Estados e Municípios sem discriminação. Estamos orgulhosos por termos o Lula como Presidente, um verdadeiro brasileiro, um homem de alma, de coração, que governa para todos, que não tem picuinha política com ninguém. É por isso que hoje o mundo reconhece o seu trabalho. Ele é um estadista global e recebeu, nos últimos dois anos, todos os prêmios que um Presidente poderia receber. Ter um Presidente com essa vocação nos enche de orgulho, pois ele governa para todos, especialmente para os mais pobres. É por isso que estamos aqui muito felizes, de coração aberto, certos de que daremos continuidade ao trabalho do Presidente Lula com a Ministra Dilma Rousseff.

O Presidente está no caminho certo, pois acabou com a fome no Brasil, criando programas sociais como o Bolsa-Família; revolucionou as comunidades rurais com o programa Luz para Todos; melhorou a economia do Brasil em todos os sentidos, investindo nos pequenos agricultores por meio do Pronaf; fez uma revolução na área da educação, criando 14 novas universidades federais, triplicando o número de vagas nas universidades públicas. Além disso, criou o ProUni, que hoje atende quase um milhão de jovens que estudam em faculdades privadas, pagas pelo governo, sem falar no ProJovem e em tantos outros programas. Também construiu 14 novas escolas técnicas no País, onde, antes do Lula, havia apenas 100. O governo Lula terminará o seu mandato com mais de 400 escolas técnicas funcionando. Isso é uma revolução! É por isso que ninguém mais segura este país, um país do futuro, que nos enche de orgulho, que olha para todos e é respeitado pelo mundo inteiro, que não tem mais de pedir bênção a ninguém, que pagou a sua dívida externa e hoje não deve mais nada ao FMI. Aliás, estamos emprestando dinheiro a esse Fundo. Este é um país respeitado mundialmente. Em apenas sete anos do governo Lula, conquistamos tudo isso. Na verdade, conquistamos bem mais, como os Jogos Pan-americanos realizados no Rio, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Parabéns, Lula! Parabéns, Dilma! Parabéns povo brasileiro! Muito obrigado por ter atendido os nossos pleitos, trazendo investimentos de grande porte para a nossa região, especialmente para as regiões mais pobres de Minas. Obrigado pela recuperação da BR-135, pela pavimentação dos trechos que faltavam e, acima de tudo, pelo anúncio muito importante que a Ministra Dilma Rousseff fez em Araçuaí, o de que disporá de recursos para a nossa BR-367, que já está incluída no PAC. Esse é um sonho da região do Vale do Jequitinhonha.

Quero agradecer e dizer que começamos 2010 olhando para a frente, com muita alegria, pois este ano teremos um crescimento de mais de 6%. Vamos gerar mais de dois milhões de empregos com carteira assinada. Em 2002, o Presidente Lula prometeu, em sua campanha, que se fosse eleito criaria 10 milhões de empregos com carteira assinada no País, e a Oposição da época fez chacota. No final de 2010, entregaremos o governo com mais de 15 milhões de brasileiros com emprego e carteira assinada. Portanto, temos de comemorar. Temos muito orgulho do nosso Presidente, do nosso partido e dos partidos que dão sustentação a esse governo no Congresso Nacional. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/2/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalcleber Lopes

nomeando Ana Cristina Marinho de Souza Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Milton Coura Amarante para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Elmiro Nascimento

exonerando, a partir de 5/2/2010, Alexandre Marques Lins do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

nomeando Lidiane Valéria Cota Rocha para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando, a partir de 8/2/10, Eduardo Araújo Lopes Cançado do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Antonio Marcondes da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Fortunato Francisco de Aquino para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º, da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

exonerando Djalma Drumond Silva, a partir de 8/2/10, do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Calu Rosa Festas e Eventos Ltda. Objeto: Contratação da Empresa Calu Rosa Festas e Eventos Ltda., para que, através dessa empresa, o Prof. Caio Túlio Costa ministre palestra em painel temático sobre as tecnologias de informação e comunicação no contexto democrático, no evento a ser realizado em 9/2/2010, de 9 às 12 horas, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, como parte do processo de planejamento estratégico da contratante. Vigência: 1 dia, correspondente ao dia da realização do evento, ou seja, 9/2/2010. Dotação orçamentária: 1011011227012009339039 (10.1). Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Net Belo Horizonte Ltda. Objeto: prestação, por empresa operadora de TV por assinatura, a cabo, de serviços de captação, instalação e distribuição de 200 pontos de sinais de TV, bem como empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos. Objeto deste aditamento: terceira e última prorrogação contratual, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 17/1/2010. Dotação orçamentária 1011.01.122.701-2009.339039.10.1.